



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**

JOICY ENOCÊNCIO PORTO RAMOS

**A APLICAÇÃO DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NA ATUAÇÃO DO
POLICIAL MILITAR**

GOIÂNIA-GO

2023



JOICY ENOCÊNCIO PORTO RAMOS

**A APLICAÇÃO DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NA ATUAÇÃO DO
POLICIAL MILITAR**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Daniel Bairral Morais.

GOIÂNIA-GO

2023

A APLICAÇÃO DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NA ATUAÇÃO DO POLICIAL MILITAR

THE APPLICATION OF THE LAW ON ABUSE OF AUTHORITY IN THE PERFORMANCE OF THE MILITARY POLICE OFFICER.

Joicy Enocência Porto Ramos¹
Daniel Bairral Morais²

Resumo

Este trabalho investiga a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/19) na atuação dos policiais militares do Estado de Goiás, analisando como esta legislação influencia as práticas policiais e a percepção pública da instituição. Através de uma metodologia de métodos mistos, combinando análise documental e aplicação de questionários a 239 policiais militares, o estudo busca compreender o conhecimento, a percepção e a implementação da lei pelos oficiais, além de seus impactos na eficácia policial e na confiança da comunidade. Os resultados indicam um amplo conhecimento e uma visão majoritariamente positiva da lei entre os policiais, que a consideram uma ferramenta essencial para a proteção dos direitos individuais e a promoção de práticas policiais éticas. A pesquisa revela que a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade é percebida como um fator que não apenas respeita os direitos dos cidadãos, mas também fortalece a imagem da Polícia Militar e a relação de confiança com a sociedade. As considerações finais destacam a importância da educação contínua em direitos humanos e ética profissional, sugerindo que o alinhamento entre a teoria e a prática é crucial para a consolidação de uma segurança pública eficaz, justa e respeitada.

Palavras-chave: Lei de Abuso de Autoridade; Práticas Policiais; Percepção Pública; Polícia Militar; Segurança Pública.

Abstract

This study examines the application of the Law on Abuse of Authority (Law No. 13.869/19) in the performance of military police officers in the State of Goiás, analyzing how this legislation influences police practices and public perception of the institution. Utilizing a mixed-methods methodology that combines document analysis and the administration of questionnaires to 239 military police officers, the research aims to understand the knowledge, perception, and implementation of the law by the officers, as well as its impacts on police efficacy and community trust. The findings indicate a broad knowledge and overwhelmingly positive view of the law among the officers, who consider it an essential tool for protecting individual rights and promoting ethical policing practices. The research reveals that the application of the Law on Abuse of Authority is perceived as a factor that not only respects citizens' rights but also strengthens the image of the Military Police and the trust relationship with society. The final considerations highlight the importance of continuous education in human rights and professional ethics, suggesting that alignment between theory and practice is crucial for the consolidation of an effective, fair, and respected public security.

Keywords or Palabras clave: Law on Abuse of Authority; Police Practices; Public Perception; Military Police; Public Security.

¹Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: joicyenocencia12@gmail.com. Telefone: (62) 9 8186-9707.

²Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em segurança pública Email: Danielbm@pm.go.gov.br. Telefone: 62 99866 6443

1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa analisar a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/19) na atuação do Policial Militar do Estado de Goiás, considerando o cenário de segurança pública e as nuances da prática policial no contexto brasileiro. O objetivo geral é compreender como essa lei é interpretada e aplicada pelos policiais militares e os impactos dessa aplicação na eficácia da lei e na percepção pública da polícia militar.

O bem jurídico tutelado pela Lei de Abuso de Autoridade, é duplo, abarcando tanto a proteção da administração pública, no sentido de preservar sua função e credibilidade, quanto a proteção dos direitos e garantias individuais dos cidadãos contra atos abusivos por parte de autoridades públicas. Isso inclui a proteção da dignidade da pessoa humana, da liberdade individual, da igualdade, da segurança e da propriedade, entre outros direitos fundamentais.

A lei estabelece uma série de condutas consideradas abusivas quando praticadas por autoridades, prevendo penas que vão desde multas até a detenção, além de outras consequências jurídicas, como a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública por determinado período. Com isso, busca-se prevenir, coibir e punir excessos cometidos no exercício de funções públicas, contribuindo para uma administração pública mais justa e para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Este trabalho é fundamental para a área de segurança pública, pois explora uma lacuna significativa no conhecimento sobre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade pelos policiais militares do Estado de Goiás. A pesquisa traz inovação ao analisar as percepções e práticas dos policiais em relação a esta legislação, um tema pouco explorado na literatura existente. A importância deste estudo reside na sua capacidade de fornecer insights valiosos sobre como a lei é interpretada e implementada no cotidiano policial, e como isso afeta a relação entre a Polícia Militar e a comunidade.

O objetivo é oferecer um entendimento profundo e equilibrado sobre o tema, proporcionando recomendações práticas e teóricas para a Polícia Militar de Goiás e para a área de segurança pública como um todo.

Este artigo examina a interseção da Lei de Abuso de Autoridade com as práticas da Polícia Militar de Goiás, inserindo-se em um contexto histórico de evolução das políticas de segurança pública no Brasil. A pesquisa investiga, a repercussão nas ações e percepções dos policiais militares goianos. Contextualizando historicamente, este estudo se debruça sobre as mudanças

legislativas e práticas desde a promulgação da lei, explorando o desafio de equilibrar autoridade policial e direitos humanos.

O problema central questiona: "De que maneira a Lei de Abuso de Autoridade afeta as operações e a ética profissional na Polícia Militar de Goiás?" A pesquisa busca compreender a aplicação da lei no cotidiano policial, seus desafios e implicações na segurança pública. Utilizando uma metodologia mista, este trabalho inclui análise documental e entrevistas, proporcionando uma visão abrangente do tema.

O artigo está dividido em revisão de literatura, contextualização histórica, metodologia, análise de resultados e conclusão, oferecendo uma perspectiva holística e detalhada sobre o impacto da Lei de Abuso de Autoridade na Polícia Militar de Goiás.

Estes autores e suas obras oferecem uma visão abrangente e detalhada sobre a Lei de Abuso de Autoridade, abordando desde sua origem histórica até as implicações práticas e os desafios de interpretação.

A contribuição dos autores mencionados será significativa para o estudo do artigo, pois cada um deles oferece perspectivas únicas e insights importantes sobre a Lei de Abuso de Autoridade, essenciais para uma análise aprofundada e crítica do tema.

A metodologia escolhida para um estudo acadêmico é crucial, pois define como os dados serão coletados, analisados e interpretados, e como as conclusões serão alcançadas. No contexto do artigo em questão, que investiga a interação entre a Lei de Abuso de Autoridade e a atuação da Polícia Militar de Goiás, a metodologia tem um papel fundamental em assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados. Nesse sentido, a metodologia adotada Conforme destacado por Creswell (2014), a abordagem de métodos mistos de pesquisa combina elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa, proporcionando uma compreensão mais rica e completa dos fenômenos estudados.

2 REVISÃO TEÓRICA

O foco do trabalho é analisar a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação do policial militar de Goiás. Nesse aspecto, é também importante analisar as tensões entre a necessidade de manter a ordem pública e o respeito aos direitos humanos. Analisa casos e situações onde a interpretação e aplicação da Lei de Abuso de Autoridade podem levar a conflitos éticos e operacionais. Propõe reflexões sobre como a legislação pode ser melhor interpretada e aplicada para equilibrar a segurança pública e os direitos individuais. O estudo sugere a necessidade de

treinamento contínuo e aprofundado para os policiais militares, enfatizando a importância da educação em direitos humanos e ética profissional.

Para isso, é fundamental observar que a Constituição Brasileira estabelece os direitos e garantias fundamentais que devem ser observados por todas as instituições, incluindo a PMGO. A legislação sobre abuso de autoridade é aplicável aos policiais militares, que devem atuar conforme os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Este quadro legal orienta a conduta policial na observância dos direitos dos cidadãos.

A aplicação desses princípios constitucionais e administrativos pela PMGO deve se refletir na formação e práticas diárias dos policiais. O respeito à legalidade significa agir dentro dos limites da lei; a impessoalidade e a moralidade envolvem tratar todos os cidadãos de maneira justa e ética, evitando preconceitos ou favoritismos. A publicidade e a eficiência demandam transparência nas ações e eficácia operacional, mantendo a confiança da comunidade. Estes princípios ajudam a prevenir o abuso de autoridade.

Além disso, a legislação específica sobre abuso de autoridade, como a Lei nº 13.869/2019, estabelece regras claras sobre o comportamento dos agentes de segurança, incluindo os policiais militares. Essa legislação define o que constitui abuso de autoridade e estabelece as sanções para aqueles que agem de forma inadequada.

No contexto da PMGO, é fundamental que os policiais compreendam plenamente as disposições desta lei e atuem de acordo com seus princípios. Assim, a conjugação do arcabouço legal constitucional e administrativo, juntamente com a legislação específica sobre abuso de autoridade, desempenha um papel crucial na orientação da conduta policial da PMGO, assegurando que a atuação da polícia seja pautada pela legalidade, respeito aos direitos individuais e promoção da ética profissional.

Nesse viés, é necessário observar também que a PMGO deve incorporar práticas que respeitem e promovam os direitos humanos, conforme estabelecido em tratados internacionais e na legislação nacional. A ética profissional na polícia envolve a aplicação justa da lei, respeitando a dignidade e os direitos de todos os indivíduos. Esta abordagem é fundamental para manter a confiança pública e garantir uma relação harmoniosa entre a polícia e a comunidade.

A incorporação de práticas que respeitem e promovam os direitos humanos é de extrema importância para a PMGO, uma vez que a atuação policial impacta diretamente a vida e a dignidade das pessoas. Isso está alinhado com tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e com a legislação nacional que protege esses direitos. A ética profissional na polícia envolve a aplicação justa da lei, considerando sempre a dignidade e os direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua origem, raça, gênero ou orientação.

No contexto do trabalho acadêmico sobre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação da PMGO, a relação com esses princípios éticos e de direitos humanos é fundamental.

Claude-Henri de Saint-Simon, um influente pensador do século XIX, desempenhou um papel significativo no desenvolvimento da ética da responsabilidade. Sua abordagem enfatiza a importância da ação ética e responsável das instituições, como a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), na sociedade. Saint-Simon argumentava que as instituições têm o dever moral de agir de maneira ética, considerando o impacto de suas ações no bem-estar da comunidade.

Hannah Arendt, por sua vez, trouxe importantes reflexões sobre a responsabilidade individual e o perigo da "banalização do mal". Suas ideias são altamente relevantes para a análise da conduta policial e do abuso de autoridade. Arendt alertou para a importância de os indivíduos evitarem a cumplicidade em ações injustas ou antiéticas, enfatizando a necessidade de manter a responsabilidade pessoal mesmo em contextos institucionais. No contexto da PMGO, isso implica na análise da conduta individual dos policiais e como ela se relaciona com a aplicação da lei de maneira ética e legal.

Luiz Flávio Gomes, renomado jurista brasileiro, é amplamente reconhecido por seu trabalho sobre direitos humanos e justiça criminal. Suas análises têm o potencial de fornecer insights valiosos para a compreensão da relação entre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade e os direitos humanos no contexto específico da PMGO. Seus estudos contribuem para a fundamentação teórica necessária para avaliar como a atuação policial impacta os direitos fundamentais dos cidadãos e como esses direitos podem ser preservados em conformidade com as normas éticas e legais.

Este referencial teórico, que incorpora as contribuições de Claude-Henri de Saint-Simon, Hannah Arendt e Luiz Flávio Gomes, fornece uma base sólida para a análise proposta no trabalho acadêmico, relacionando aspectos éticos, de responsabilidade e de direitos humanos com a atuação da PMGO na aplicação da Lei de Abuso de Autoridade.

O trabalho "Polícia, sociedade e abuso de autoridade: uma análise crítica" de Costa, M. J. e Almeida, F. J., publicado nos "Cadernos de Direito" em 2017, oferece uma contribuição significativa para a compreensão do tema que envolve a relação complexa entre a polícia, a sociedade e a questão do abuso de autoridade.

Os autores iniciam a obra contextualizando essa relação, destacando a importância da polícia para a manutenção da ordem pública, mas também ressaltando a necessidade de equilibrar essa função com o respeito aos direitos e garantias individuais dos cidadãos. A obra estabelece, assim, o cenário para a discussão sobre o abuso de autoridade.

O abuso de autoridade é eleito como o tema central da análise. Os autores exploram o conceito de abuso de autoridade em suas diversas manifestações, desde práticas excessivas de força até a violação de direitos fundamentais durante a atuação policial.

Uma análise crítica da legislação brasileira relacionada ao abuso de autoridade é realizada, avaliando sua eficácia na prevenção e punição desse tipo de conduta por parte dos agentes de segurança. Além disso, práticas policiais que podem ser consideradas abusivas são examinadas, e casos reais são apresentados para ilustrar as preocupações dos autores.

A obra incorpora uma perspectiva ética e de direitos humanos na análise do abuso de autoridade, enfatizando a importância de a polícia agir de acordo com princípios éticos e respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos. Essa abordagem é alinhada com os conceitos discutidos anteriormente em relação à ética profissional e direitos humanos.

Em resumo, o artigo de Costa e Almeida representa uma análise crítica e profunda da relação entre a polícia, a sociedade e o abuso de autoridade, incorporando conceitos de ética, direitos humanos e legislação. Sua contribuição é valiosa para o entendimento do tema e pode servir como referência significativa no contexto do trabalho acadêmico em análise sobre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

Creswell explora as principais características e princípios de cada tipo de pesquisa, ajudando os pesquisadores a escolher a abordagem mais adequada para suas perguntas de pesquisa. O livro também oferece orientações detalhadas sobre o processo de planejamento e condução da pesquisa, desde a formulação de hipóteses até a coleta e análise de dados.

A relação desse livro com o tema em análise reside na importância da metodologia de pesquisa ao investigar questões relacionadas à aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). A pesquisa acadêmica exige um design de pesquisa sólido, e o livro de Creswell é uma fonte valiosa para entender as diferentes abordagens de pesquisa, como coletar e analisar dados de forma eficaz e como aplicar rigor metodológico em um estudo.

Dessa forma, ao considerar o tema em questão, a referência ao livro de Creswell destaca a importância de uma abordagem metodológica adequada e rigorosa ao realizar um estudo sobre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade, permitindo aos pesquisadores tomar decisões informadas sobre o design da pesquisa, a coleta de dados e a análise dos resultados.

O livro "Direitos Fundamentais e Jurisprudência" de Eduardo P. Farias e Nelson Rosenvald, publicado pela Lumen Juris em 2019, é uma obra que se concentra na análise dos direitos fundamentais à luz da jurisprudência. Esta obra representa uma valiosa contribuição para a compreensão dos direitos fundamentais no contexto jurídico brasileiro.

Farias e Rosenvald abordam os direitos fundamentais sob uma perspectiva prática, examinando como esses direitos são interpretados e aplicados pelos tribunais e pela jurisprudência. Eles exploram casos reais e decisões judiciais que envolvem questões relacionadas aos direitos fundamentais, oferecendo uma visão atualizada e contextualizada sobre o assunto.

A ênfase na ética, defendida por Claude-Henri, enfatiza a responsabilidade das instituições, incluindo a PMGO, em agir de maneira ética e responsável perante a sociedade. A responsabilidade individual, conforme discutida por Hannah Arendt, ressalta que cada policial deve assumir a responsabilidade por suas ações, evitando práticas abusivas e antiéticas.

Nesse aspecto, pode-se dizer que há uma relação importante a ser considerada entre o abuso de autoridade e a ética. No contexto de abuso de autoridade, a ética está diretamente relacionada ao comportamento esperado dos indivíduos em posições de poder, enfatizando a importância do respeito pelos direitos e dignidade dos outros. A ética na administração pública serve como um pilar essencial, assegurando que o exercício da autoridade seja conduzido com integridade, transparência, responsabilidade e respeito aos direitos humanos. Isso significa que as autoridades públicas devem guiar suas ações por princípios éticos para promover o bem comum e evitar comportamentos abusivos ou arbitrários.

A aderência a padrões éticos por parte dos agentes públicos é fundamental para prevenir o abuso de autoridade, pois quando esses agentes seguem elevados padrões éticos, a probabilidade de exercerem seu poder de maneira indevida diminui significativamente. Isso não apenas garante que suas ações estejam alinhadas com a lei e os direitos fundamentais, mas também ajuda a manter e fortalecer a confiança da população nas instituições. A percepção de condutas éticas e transparentes por parte dos agentes públicos pode restaurar e fortalecer a confiança pública, que é frequentemente abalada por incidentes de abuso de autoridade.

Além disso, a existência de normas éticas claras facilita a identificação de comportamentos inadequados e a aplicação de medidas corretivas ou punitivas. Isso não apenas promove um ambiente de justiça, onde os abusos de poder são adequadamente punidos, mas também serve como um mecanismo de dissuasão contra futuros abusos.

Ao combinar essas perspectivas e abordagens, obtém-se uma base sólida e abrangente para avaliar a conduta policial e promover o respeito aos direitos individuais dos cidadãos no contexto da segurança pública.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa que envolve a análise da aplicação da Lei de Abuso de Autoridade pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) é essencial para garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados. A pesquisa será predominantemente de natureza bibliográfica e documental, com ênfase na análise de legislação, jurisprudência e documentos institucionais relacionados à atuação da PMGO e à aplicação da Lei de Abuso de Autoridade.

A população-alvo da pesquisa é composta por todas as ações e práticas da PMGO que envolvem a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade. Dada a natureza documental da pesquisa, não haverá amostragem específica, pois todos os documentos relevantes serão considerados.

A coleta de dados será realizada por meio da revisão sistemática de fontes de informação, incluindo legislação, jurisprudência e documentos institucionais da PMGO.

A análise de dados será realizada de forma qualitativa e interpretativa. Os documentos serão examinados quanto à sua relevância para o tema em análise, e suas informações serão categorizadas e sintetizadas. Serão identificados padrões, tendências e pontos de destaque na aplicação da Lei de Abuso de Autoridade pela PMGO.

Dado o caráter documental da pesquisa, não envolverá a coleta de dados pessoais ou a necessidade de autorização específica para entrevistas. No entanto, em conformidade com as diretrizes éticas, será garantido o respeito à privacidade e aos direitos autorais na utilização de documentos e jurisprudência.

A pesquisa seguirá um cronograma que inclui as seguintes etapas: levantamento de legislação e jurisprudência, análise de documentos institucionais, análise qualitativa e interpretação dos dados, e escrita do trabalho acadêmico.

Essa metodologia foi desenvolvida com o objetivo de garantir uma abordagem rigorosa e embasada na análise da aplicação da Lei de Abuso de Autoridade pela PMGO. A ênfase na revisão de fontes legais e jurisprudenciais, bem como de documentos institucionais, permitirá uma compreensão aprofundada do tema e fornecerá subsídios para conclusões fundamentadas.

A pesquisa será conduzida de acordo com princípios éticos, respeitando a privacidade e os direitos autorais.

Conforme destacado por Creswell (2014), a abordagem de métodos mistos de pesquisa combina elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa, proporcionando uma compreensão mais rica e completa dos fenômenos estudados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, abordamos um tema de vital importância para o âmbito da segurança pública e o exercício da função policial: a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação do policial militar. Através de uma pesquisa metódica, que contou com a participação de 239 policiais militares da ativa da Polícia Militar de Goiás, buscamos desvendar as percepções e as nuances que cercam este tema complexo e delicado. Através de um questionário composto por 5 questões cuidadosamente elaboradas, propusemo-nos a identificar não apenas como a Lei de Abuso de Autoridade é compreendida pelos policiais militares do Estado de Goiás, mas também como esta legislação influencia suas práticas e interações diárias.

Este estudo ganha relevância ao mergulhar nas percepções e práticas dos policiais militares frente à Lei de Abuso de Autoridade, um aspecto crucial que até então tem recebido atenção limitada na literatura acadêmica. Dada a importância desta legislação para a conduta e ética policial, bem como para a construção de uma relação harmoniosa entre a polícia e a sociedade, nossa pesquisa oferece uma perspectiva única e valiosa. Ao analisar como a lei é entendida e implementada nas rotinas dos policiais militares do Estado de Goiás, o artigo busca iluminar os desafios e oportunidades que essa legislação representa no cotidiano da segurança pública. A relevância do estudo é ainda mais acentuada pela sua contribuição para uma compreensão aprofundada dos efeitos práticos da Lei de Abuso de Autoridade na dinâmica entre os agentes da lei e os cidadãos, um passo essencial para promover práticas policiais responsáveis e respeitadas dos direitos humanos.

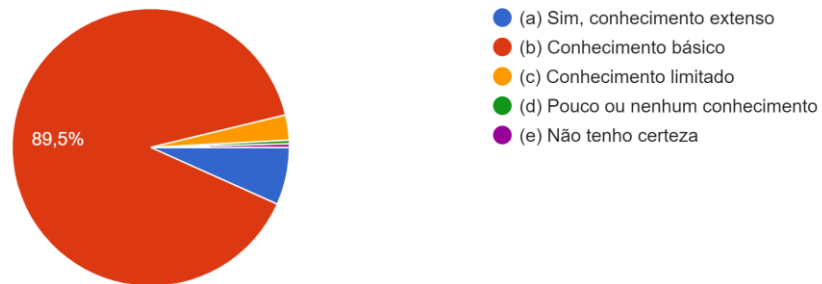
Com isso, almejou-se contribuir para um entendimento mais rico e equilibrado sobre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade por parte dos policiais militares, oferecendo, ao mesmo tempo, recomendações práticas e embasamento teórico para a Polícia Militar de Goiás e para os profissionais da área de segurança pública em geral. Este trabalho é um passo importante na direção de promover práticas policiais que sejam ao mesmo tempo eficazes e alinhadas aos direitos fundamentais dos cidadãos, fortalecendo a confiança mútua entre a polícia e a comunidade que serve.

A análise do gráfico referente à primeira pergunta do questionário, que indaga sobre o nível de conhecimento dos princípios e normativas estabelecidos na Lei de Abuso de Autoridade, revela um dado notável: a grande maioria dos policiais militares operacionais da Polícia Militar de Goiás, correspondendo a 89,5%, afirma possuir um conhecimento extenso sobre a referida

legislação. Este resultado é significativo e impacta diretamente a discussão sobre a aplicação prática da lei.

1 - Você possui conhecimento adequado sobre os princípios e normativas estabelecidos na Lei de Abuso de Autoridade?

239 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A partir desse dado, podemos inferir que a conscientização sobre a legislação de abuso de autoridade está amplamente disseminada entre os policiais participantes do estudo. Isso sugere que as políticas de formação e treinamento têm sido eficazes em transmitir o conteúdo legal relevante para a atuação policial. No entanto, o conhecimento extenso por si só não garante a aplicação correta da lei. É essencial que haja uma compreensão aprofundada não apenas da letra da lei, mas também do espírito que a norteia, que é a proteção dos direitos humanos e a prevenção do exercício arbitrário do poder.

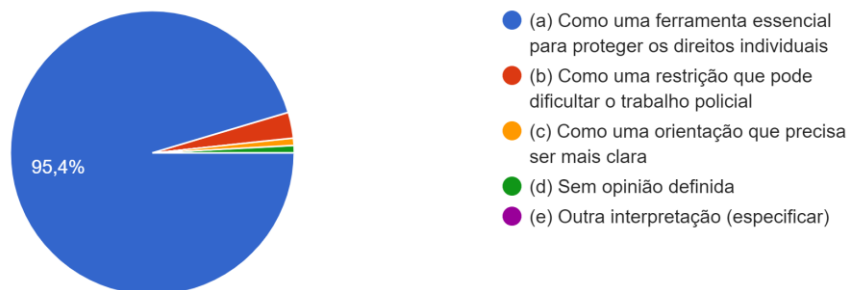
A discussão sobre este ponto deve considerar que, embora o conhecimento sobre a Lei de Abuso de Autoridade seja reportado como extenso, a interpretação e a aplicação dessa lei no cotidiano policial podem variar. O entendimento profundo das normativas e dos princípios éticos que as embasam é crucial para que o policial militar possa agir de forma justa e equilibrada, evitando comportamentos que possam ser interpretados como abusivos.

Além disso, é importante abordar como esse conhecimento extenso se traduz em prática. As percepções pessoais e as atitudes dos policiais frente a situações concretas podem influenciar a maneira como a lei é aplicada. Isso implica que o treinamento contínuo e a educação em ética e direitos humanos são componentes essenciais para assegurar que a teoria se alinhe à prática. A alta porcentagem de conhecimento extenso também abre espaço para uma reflexão crítica sobre a existência de mecanismos efetivos de prestação de contas e a cultura organizacional dentro da corporação. Como a consciência sobre a Lei de Abuso de Autoridade afeta as decisões no campo? Existe uma correlação direta entre o conhecimento da lei e a redução de incidentes

de abuso de autoridade? Como as lideranças incentivam a observância da lei em situações de alta pressão?

Nesse aspecto, os resultados desta pergunta são um ponto de partida promissor para o entendimento da relação entre o conhecimento da lei e sua aplicação no dia a dia da Polícia Militar. Eles sugerem uma base sólida de conhecimento, mas também destacam a necessidade de investigar como esse conhecimento influencia a conduta policial e a interação com a comunidade. Estas são questões vitais para a garantia de uma atuação policial responsável, ética e alinhada com as expectativas sociais e legais.

2 - Como você interpreta a Lei de Abuso de Autoridade em relação à atuação policial militar?
239 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A resposta esmagadora dos policiais militares operacionais da Polícia Militar de Goiás à segunda pergunta do questionário, que se refere à interpretação da Lei de Abuso de Autoridade, é um indicativo notável de como essa legislação é percebida na instituição. Com 95,4% dos participantes vendo a lei como uma ferramenta essencial para a proteção dos direitos individuais, fica evidente que a visão predominante entre os policiais é a de que a Lei de Abuso de Autoridade serve como um pilar para o exercício de uma atuação policial ética e responsável. Esta percepção alinha-se com os princípios democráticos e com a noção de que a autoridade policial deve operar dentro dos limites estabelecidos pela lei, com o respeito aos direitos humanos como uma diretriz intransigente. A compreensão da lei como um mecanismo de salvaguarda indica uma postura de responsabilidade e um comprometimento com a legalidade, aspectos fundamentais para a legitimação da atuação policial perante a sociedade.

Este dado também reflete positivamente sobre a formação recebida pelos policiais, sugerindo que os programas de treinamento têm sido bem-sucedidos em enfatizar a importância da lei na

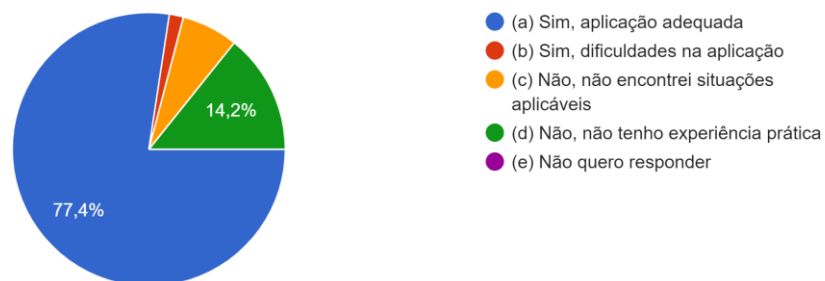
preservação da ordem pública, sem que isso signifique a violação dos direitos civis. Contudo, é crucial ponderar sobre como essa interpretação se materializa em ações concretas no dia a dia policial, especialmente em situações de alta tensão, onde as decisões devem ser tomadas rapidamente e sob grande pressão.

A análise desse resultado nos convida a discutir os possíveis desafios enfrentados pelos policiais na implementação da lei, incluindo as dificuldades em navegar o delicado equilíbrio entre exercer a autoridade necessária para a manutenção da segurança pública e respeitar as liberdades individuais. Essa discussão é ainda mais pertinente quando consideramos o impacto das políticas públicas e da cultura organizacional na atuação policial.

Em suma, a interpretação da Lei de Abuso de Autoridade como essencial pelos policiais militares de Goiás é um indicativo promissor de uma corporação alinhada com os princípios éticos e legais. No entanto, é fundamental continuar explorando como esse entendimento se traduz em práticas cotidianas que efetivamente protejam os direitos dos cidadãos e fortaleçam a relação de confiança entre a polícia e a comunidade que ela serve.

3 - Em sua experiência profissional, você já se deparou com situações que envolviam a Lei de Abuso de Autoridade? Se sim, como essas situações foram tratadas?

239 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A terceira pergunta do questionário revela que uma considerável maioria de 77,4% dos policiais militares operacionais da Polícia Militar de Goiás já se deparou com situações que envolviam a Lei de Abuso de Autoridade, e destes, a maior parte afirma que essas situações foram tratadas com aplicação adequada da legislação. Essa resposta é significativa, pois indica que os policiais não apenas estão cientes da lei, como também se veem capazes de aplicá-la de forma correta em sua atuação profissional.

A Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, estabelece um conjunto de condutas consideradas abuso de autoridade, objetivando coibir e punir excessos cometidos no exercício de funções

públicas (BRASIL, 2019). A aplicação adequada dessa lei é um reflexo da compreensão e do respeito aos limites da autoridade policial, visando a proteção dos direitos dos cidadãos e a preservação da imagem da instituição policial.

No entanto, 14,2% dos respondentes relatam dificuldades na aplicação da lei. Este dado é relevante, pois ressalta os desafios práticos encontrados pelos policiais no cumprimento de suas funções. As dificuldades podem advir tanto da interpretação das normas quanto das situações de pressão inerentes ao trabalho policial, que muitas vezes demanda decisões rápidas e assertivas. Segundo Bittner (2003), o trabalho policial é caracterizado por um constante equilíbrio entre a necessidade de ação decisiva e a observância dos direitos individuais, o que pode gerar dilemas no cumprimento da lei.

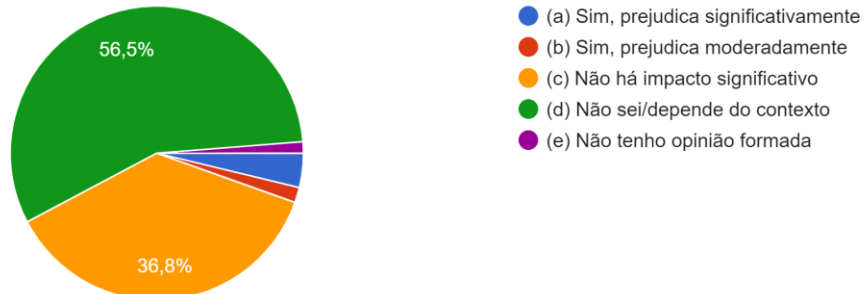
A discussão sobre o tratamento dessas situações nos remete a uma análise crítica de como a legislação é incorporada na prática cotidiana. É fundamental que haja uma constante reflexão sobre a adequação das ações policiais e que exista uma estrutura de apoio que possibilite aos policiais resolver suas dúvidas e obter orientações quanto à melhor conduta a seguir em casos complexos.

Relacionando o contexto prático com a literatura, a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação policial militar reflete a tensão entre a autoridade necessária para manter a ordem e a liberdade individual, um aspecto central no trabalho policial destacado por Bittner (2003). O policial, ao se deparar com diversas situações que exigem uma interpretação da lei, precisa estar não apenas bem informado, mas também equipado com um senso ético e uma compreensão profunda dos princípios que regem sua profissão.

Portanto, os resultados desta pesquisa enfatizam a importância do conhecimento e da capacitação contínua em legislação e ética policial, sendo essencial que a Polícia Militar de Goiás continue investindo em formação que consolide a aplicação consciente e reflexiva da Lei de Abuso de Autoridade (BRASIL, 2019), assegurando a legalidade e a legitimidade da atuação policial perante a sociedade.

4 - Na sua percepção, a aplicação rigorosa da Lei de Abuso de Autoridade impacta negativamente na eficácia policial?

239 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A quarta pergunta do questionário investiga a percepção dos policiais militares sobre o impacto da aplicação rigorosa da Lei de Abuso de Autoridade na eficácia policial. De acordo com o gráfico, 56,5% dos respondentes percebem que a aplicação rigorosa desta lei não impacta negativamente na eficácia policial, enquanto 38,6% acreditam que há um prejuízo, seja ele significativo ou moderado.

Este resultado demonstra uma divisão de opiniões que reflete uma complexa realidade dentro da corporação policial. Por um lado, mais da metade dos policiais sente que a lei não compromete sua eficácia, sugerindo que eles veem a legislação como um guia compatível com suas práticas cotidianas e com o objetivo maior de manter a segurança pública. Isso pode indicar que esses policiais consideram que o cumprimento rigoroso das normativas é, na verdade, um componente integral da eficácia policial, pois assegura a legitimidade e a legalidade das suas ações, fatores cruciais para a manutenção da confiança e da cooperação da comunidade.

Por outro lado, a parcela de policiais que percebe um prejuízo na eficácia policial devido à aplicação rigorosa da lei traz à tona preocupações importantes. Pode haver a percepção de que a lei, em sua aplicação estrita, impõe limitações que dificultam a tomada de decisões rápidas em situações críticas, podendo gerar hesitação ou incerteza durante intervenções policiais. Isso pode ser particularmente relevante em contextos onde a dinâmica operacional é marcada por riscos iminentes e a necessidade de ação imediata.

Essa dicotomia de opiniões ressalta a importância de um diálogo contínuo sobre o papel da Lei de Abuso de Autoridade e sua interpretação no contexto policial. É vital que as diretrizes e limitações impostas pela lei sejam claras e bem compreendidas, de modo a garantir que os

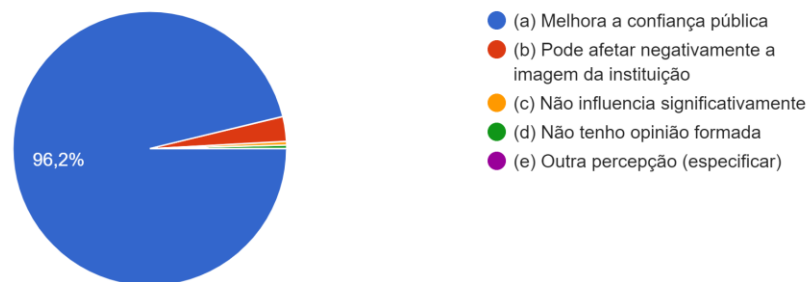
policiais possam realizar seu trabalho de forma eficiente sem comprometer os direitos dos cidadãos.

A discussão também deve considerar a formação e a capacitação continuada dos policiais em relação à lei, pois um entendimento aprofundado e claro de suas disposições pode ajudar a mitigar as percepções de que a lei é um empecilho, ao invés de um instrumento de promoção da justiça e da ordem pública. Ademais, é fundamental que haja uma avaliação constante sobre como a lei está sendo aplicada na prática, e se as preocupações dos policiais quanto a possíveis impactos negativos na eficácia policial são baseadas em situações concretas ou em interpretações equivocadas da legislação

Em síntese, os resultados desta pergunta destacam a necessidade de um equilíbrio entre a aplicação rigorosa da Lei de Abuso de Autoridade e a manutenção da eficácia policial, apontando para a importância de políticas de formação que enfatizem tanto o respeito aos direitos humanos quanto a eficiência e eficácia nas operações policiais.

5 - Como você acredita que a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade influencia a percepção pública da Polícia Militar?

239 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A análise da quinta e última pergunta do questionário revela que uma esmagadora maioria de 96,2% dos policiais militares operacionais da Polícia Militar de Goiás acredita que a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade melhora a confiança pública na instituição. Este dado é extremamente positivo e reflete uma excelente percepção da corporação em relação ao impacto que a observância de tal legislação tem sobre a imagem da polícia junto à sociedade.

A conclusão a partir deste resultado é que os policiais militares reconhecem a importância do respeito às normativas legais como um meio de fortalecer a relação entre a instituição e a comunidade. Isso sugere que há uma compreensão significativa de que a atuação policial

pautada em princípios éticos e legais é uma ferramenta poderosa na construção de uma imagem positiva da polícia, o que é essencial para a efetividade do policiamento comunitário e para a promoção de uma segurança pública eficaz e respeitosa.

A percepção de que a Lei de Abuso de Autoridade é benéfica para a confiança pública também pode ser interpretada como um indicativo de que a Polícia Militar de Goiás está alinhada com as expectativas contemporâneas de transparência e responsabilidade no exercício da função pública. Isso é um atestado da cultura institucional que valoriza a legalidade e a justiça, e que está comprometida com a manutenção de uma relação de respeito mútuo entre a polícia e a população.

Ao refletir sobre os resultados e discussões levantados pelo questionário, pode-se afirmar que os objetivos do estudo foram atingidos. Foi possível capturar e compreender as percepções dos policiais em relação à Lei de Abuso de Autoridade e seu impacto sobre a prática policial e a percepção pública da instituição. O estudo ressalta uma imagem positiva da Polícia Militar de Goiás, que não somente entende a importância da lei para a proteção dos direitos civis, mas também reconhece o seu papel no fortalecimento da confiança pública e na melhoria da eficácia policial.

Em síntese, a pesquisa revelou uma corporação que está em sintonia com os princípios de uma atuação policial moderna e ética, evidenciando o compromisso da Polícia Militar de Goiás com o respeito às leis, a promoção dos direitos humanos e a consolidação de uma imagem de integridade e confiabilidade perante a comunidade. Isso não apenas destaca a corporação como um exemplo positivo, mas também como um modelo a ser seguido na busca pela excelência na segurança pública.

5 CONCLUSÃO

O estudo conseguiu capturar a complexidade e a multiplicidade de visões que envolvem a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação dos policiais militares do Estado de Goiás. Os dados coletados, através de questionários aplicados a 239 policiais militares, revelam um conhecimento extenso sobre a lei, bem como uma percepção amplamente positiva sobre seu papel na promoção da ética policial e na proteção dos direitos dos cidadãos. Importante ressaltar que a maioria dos policiais acredita que a aplicação da lei não apenas não prejudica a eficácia policial, como também melhora a confiança da sociedade na instituição.

A partir dos resultados, conclui-se que há uma conscientização significativa entre os policiais militares sobre a importância da lei para a manutenção de práticas policiais éticas e respeitadas, refletindo positivamente na imagem da Polícia Militar perante a comunidade. No entanto, identificam-se também desafios relacionados à interpretação e aplicação prática da lei, especialmente em situações de alta pressão, onde decisões rápidas são necessárias. Isso indica a necessidade de treinamento contínuo e apoio para os policiais, visando garantir que a compreensão da lei se traduza em práticas que respeitem plenamente os direitos humanos e fortaleçam a relação entre a polícia e a sociedade.

Este estudo contribui para a literatura existente ao oferecer uma visão atualizada sobre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação policial no Estado de Goiás. As lições tiradas do trabalho destacam a importância de continuar promovendo a educação em direitos humanos e ética profissional entre os policiais militares, como meio de reforçar a aderência à lei e aos princípios democráticos.

Recomenda-se a realização de novos estudos que possam explorar, de forma mais aprofundada, as nuances da aplicação da lei em situações específicas, além de investigar os impactos de longo prazo dessa legislação na prática policial e na percepção pública. Seria benéfico também desenvolver programas de formação que incluam simulações e estudos de caso, permitindo aos policiais vivenciar e refletir sobre a aplicação da lei em cenários variados.

Por fim, este trabalho destaca o papel vital que a aplicação consciente e informada da Lei de Abuso de Autoridade desempenha na construção de uma sociedade mais justa e segura, em que a atuação policial é pautada pelo respeito aos direitos fundamentais e pela busca contínua pela excelência nas práticas de segurança pública.

Um dos objetivos centrais do estudo era entender como a Lei de Abuso de Autoridade é interpretada e aplicada pelos policiais militares. Através dos questionários, foi revelado que a maioria dos policiais possui um conhecimento extenso sobre a lei, indicando que as políticas de formação e treinamento implementadas pela Polícia Militar têm sido eficazes em educar os oficiais sobre as disposições legais relevantes à sua atuação. Assim, o objetivo de avaliar o nível de conhecimento da lei entre os policiais foi plenamente atingido.

O estudo buscou avaliar se a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade influencia a eficácia das operações policiais. Os dados coletados mostraram que a maioria dos policiais acredita que a aplicação rigorosa da lei não impacta negativamente em sua eficácia. Este resultado sugere que os policiais veem a lei como compatível com suas práticas cotidianas, alcançando o objetivo de entender como a legislação afeta a atuação policial.

Outro objetivo importante era compreender como a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade influencia a percepção pública da polícia militar. Segundo os resultados, uma grande maioria dos policiais percebe que a aplicação da lei melhora a confiança da população na instituição, indicando que a observância à legislação é vista como um fator que fortalece a imagem da polícia junto à comunidade. Desta forma, o estudo conseguiu capturar a relação entre a aplicação da lei e a percepção pública da polícia, alcançando o objetivo proposto.

Os objetivos do estudo foram atingidos de maneira eficaz, proporcionando uma análise aprofundada sobre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade na atuação dos policiais militares do Estado de Goiás. Através da pesquisa realizada, foi possível identificar tanto o alto nível de conhecimento e compreensão da lei entre os policiais quanto a percepção positiva sobre seu impacto na eficácia policial e na confiança pública. Esses resultados não apenas destacam a importância da lei para as práticas de segurança pública, mas também reforçam o papel da formação e da educação continuada na promoção de uma atuação policial alinhada com os princípios éticos e legais, contribuindo significativamente para o campo da segurança pública e para a melhoria das relações entre a polícia e a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019. **Define os crimes de abuso de autoridade;** altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 set. 2019.

COSTA, M. J.; ALMEIDA, F. J. de. **Polícia, sociedade e abuso de autoridade: uma análise crítica.** Cadernos de Direito, Pelotas, v. 17, n. 35, p. 229-245, 2017.

CRESWELL, J. W. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches.* 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

FARIAS, E. P.; ROSENVALD, N. **Direitos Fundamentais e Jurisprudência.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MORAES, A. **Direito Constitucional.** 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, J. A. da; SOUZA, M. L. de. **Abuso de autoridade e atuação policial: um estudo de caso.** Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 123-138, 2018.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás**: uma proposta bibliográfica.1991. f. 160.Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

GOIÁS. Polícia Militar. Manual de Defesa Pessoal Policial. 1.ed. Goiânia: PMGO, 2023.

MONET, Jean Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2006.

SOUZA, Cibeli de. História da Polícia Militar de Goiás. **O Anhanguera**. Goiânia, ano 1, v. 01, Jan/Abr, Grafopel, 1999.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título da Pesquisa: " A APLICAÇÃO DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NA ATUAÇÃO DO POLICIAL MILITAR "

Eu, reconheço que fui convidado(a) a participar da pesquisa intitulada " A APLICAÇÃO DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NA ATUAÇÃO DO POLICIAL MILITAR ", conduzida pelo especialista em segurança pública. Antes de decidir participar, eu li e compreendi as informações fornecidas neste Termo de Consentimento.

*

1. Objetivo da Pesquisa: A presente pesquisa visa aprofundar a compreensão sobre a interpretação e aplicação da Lei de Abuso de Autoridade pelos policiais militares na Polícia Militar de Goiás, bem como avaliar os impactos dessa aplicação na eficácia da lei e na percepção pública da instituição. A Lei de Abuso de Autoridade, promulgada em 2019, representa uma mudança significativa no arcabouço legal que regula as práticas das forças de segurança, estabelecendo limites e responsabilidades para o exercício do poder pelas autoridades.

2. Procedimentos: Serei solicitado(a) a responder a um questionário contendo perguntas fechadas sobre a temática da pesquisa. O tempo estimado para conclusão é 5 minutos.

3. Confidencialidade: Minhas respostas serão mantidas em sigilo, e nenhuma informação que possa me identificar individualmente será divulgada. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.

4. Voluntariedade: Minha participação é voluntária, e tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou consequência. Posso optar por não responder a qualquer pergunta que considerar desconfortável.

5. Uso dos Resultados: Entendo que os resultados da pesquisa podem ser publicados, mas permanecerão anônimos e não identificarão minha pessoa.

6. Consentimento: Ao concordar, expressei minha compreensão sobre os termos desta pesquisa e concordo voluntariamente em participar.

SIM, Concordo em participar da pesquisa.

NÃO, Não concordo em participar da pesquisa.

ANEXO A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

1 - Você possui conhecimento adequado sobre os princípios e normativas estabelecidos na Lei de Abuso de Autoridade?

*

- (a) Sim, conhecimento extenso
- (b) Conhecimento básico
- (c) Conhecimento limitado
- (d) Pouco ou nenhum conhecimento
- (e) Não tenho certeza

2 - Como você interpreta a Lei de Abuso de Autoridade em relação à atuação policial militar?

*

- (a) Como uma ferramenta essencial para proteger os direitos individuais
- (b) Como uma restrição que pode dificultar o trabalho policial
- (c) Como uma orientação que precisa ser mais clara
- (d) Sem opinião definida
- (e) Outra interpretação (especificar)

3 - Em sua experiência profissional, você já se deparou com situações que envolviam a Lei de Abuso de Autoridade? Se sim, como essas situações foram tratadas?

*

- (a) Sim, aplicação adequada
- (b) Sim, dificuldades na aplicação
- (c) Não, não encontrei situações aplicáveis
- (d) Não, não tenho experiência prática
- (e) Não quero responder

4 - Na sua percepção, a aplicação rigorosa da Lei de Abuso de Autoridade impacta negativamente na eficácia policial?

*

- (a) Sim, prejudica significativamente
- (b) Sim, prejudica moderadamente
- (c) Não há impacto significativo
- (d) Não sei/depende do contexto
- (e) Não tenho opinião formada

5 - Como você acredita que a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade influencia a percepção pública da Polícia Militar?

*

- (a) Melhora a confiança pública
- (b) Pode afetar negativamente a imagem da instituição
- (c) Não influencia significativamente
- (d) Não tenho opinião formada
- (e) Outra percepção (especificar)